

ATA DA 136ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DESCENTRALIZADO
Realizada em 31 de outubro de 2017

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às nove horas, iniciou-se a centésima trigésima sexta Assembleia Extraordinária Descentralizada do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/ PE, no Petrolina Palace Hotel, localizado na Av. Cardoso de Sá, 845, Centro, Petrolina (PE), com o objetivo de contribuir para fortalecimento dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes e dos Conselhos Tutelares no exercício de suas funções institucionais, definindo diretrizes e estratégias que favoreçam a articulação local, regional e estadual dos referidos conselhos integradas ao Sistema de Garantias de Direitos, numa perspectiva de construção de redes com atuação municipal, regional e estadual. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: Natuch Pinto de Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; José Rinaldo Carvalho da Silva e Silvan José Gonçalves Ataíde, titular e suplente da Secretaria de Defesa Social; Mallon Francisco Felipe R. de Aragão e Tarciana dos Santos Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH; Luana Chiara Batista de Souza, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Thaisi Moreira Bauer, titular do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP; Nelino Azevedo Mendonça, titular da Secretaria Estadual de Educação; Solange Loureiro, suplente da Secretaria Estadual de Saúde. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: Evanilson Alves de Sá, sociopedagógico; Rosa Barros, Diretora Executiva; Gicélia Souza, Captação de Recursos. Os trabalhos tiveram início às 8h, com o credenciamento e acolhida dos participantes. Para Assembleia foram convidados 52 (cinquenta e dois) municípios, todos localizados no Sertão do Estado, dos quais, 19 (dezenove) se fizeram presentes, com uma delegação de 103 (cento e três), que acrescidos da representação do CEDCA/PE totalizaram 117 (cento e dezessete) participantes, conforme registro de assinaturas na ata de frequência. A composição da mesa de abertura teve início às 9h30min, obedecendo a seguinte ordem: Eduardo Figueiredo, CEDCA/PE; Katia Carvalho, Secretaria de Desenvolvimento e Social e Direitos Humanos e Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Petrolina; Francilene Amorim, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de Petrolina; e representando o Conselho Tutelar de Petrolina, a Conselheira Maria de Lourdes Cordeiro. Composta a mesa, o presidente do CEDCA/PE, cumprimentou os demais integrantes, agradeceu a presença de todos e enalteceu o compromisso das delegações, passando a leitura nominal dos municípios presentes: 1. Calumbi, 2. Solidão, 3. Santa Terezinha, 4. Petrolina, 5. Santa Filomena, 6. Dormentes, 7. Lagoa Grande, 8. Parnamirim, 9. Santa Maria da Boa Vista, 10. Tabira, 11. Santa Cruz da Baixa Verde, 12. Quixaba, 13. Floresta, 14. Verdejante, 15. Dormentes, 16. Sertânia, 17. Terra Nova, 18. Tacaratu, 19. Afrânio. Em seguida, destacou o desafio para se garantir e efetivar direitos no contexto atual e preservar instituições garantidas na Constituição Federal, a exemplo do SUAS, que são imprescindíveis à efetivação de direitos humanos de crianças e adolescentes. Prosseguindo, passou a palavra à Secretaria de Desenvolvimento e Social e Direitos Humanos de Petrolina, que iniciou com a leitura do Art. 4º do ECA, que pontuou as ações desenvolvidas no município com foco na atenção básica e especial. Desfeita a mesa de abertura, o mestre de cerimônia convidou os integrantes para tomar assento no auditório, solicitando que o presidente do CEDCA/PE permanecesse à mesa para condução dos trabalhos.

48 Dando início, o presidente procedeu a leitura e aprovação da pauta e deu por aberta a sessão.
 49 Prosseguindo, o mestre de cerimônia convidou o conselheiro Natuch Lira, para realizar
 50 exposição dialogada e os conselheiros Tarciana Castelo Branco e Rinaldo Carvalho para
 51 coordenar os trabalhos. Com a palavra, o conselheiro Natuch Lira destacou a posição dos
 52 conselhos de direitos no interior do sistema de garantias de direitos, chamando a atenção para o
 53 seu papel institucional como articulador do já mencionado sistema. Prosseguindo, o expositor
 54 demarcou sua fala em três blocos, articulados entre si: Conselho Estadual de Defesa do Direitos
 55 da Criança e do Adolescente: Quem Somos? Onde estamos? Aonde queremos chegar? Finda a
 56 exposição o conselheiro solicitou do representante do Departamento Sociopedagógico que
 57 socializasse a agenda de atividades planejadas pelo conselho para os próximos meses.
 58 Atendendo à solicitação, passou-se a exposição da programação: dia 06/11/2017 – Assembleia
 59 Extraordinária para Avaliação do Plano Estadual de Enfretamento ao Abuso e Exploração
 60 Sexual; dia 07/11/2017 – Seminário para Avaliação do Plano Estadual Erradicação do Trabalho
 61 Infantil; 13/11/2017 – Assembleia para Aprovação do Plano Estadual Decenal de Direitos
 62 Humanos de Crianças e Adolescentes; 14/11/2017 – Avaliação do Plano Estadual de Medidas
 63 Socioeducativas. Continuando, a coordenação da mesa convidou o Conselheiro Mallon Aragão,
 64 para proceder a exposição dialogada sobre o fortalecimento dos Conselhos Municipais de
 65 Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na perspectiva de atuação em rede. Finda a
 66 exposição, a mesa abriu espaço para dois blocos de perguntas para encerrar o turno da manhã.
 67 Todas as falas foram iniciadas enfocando a qualidade dos expositores, com destaque para a
 68 clareza conceitual e caráter militante. A secretaria de Assistência Social de Solidão perguntou
 69 sobre como ocorreu o processo de divulgação do concurso Arte Livre, afirmando que não tomou
 70 conhecimento no âmbito do município. Em seguida, passou a perguntar sobre a necessidade de
 71 elaboração de um plano municipal de socioeducação, considerando não haver registro no
 72 município de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O Conselheiro Tutelar
 73 de Floresta Ricardo Souza, relata as dificuldades que vem enfrentando quando necessita dos
 74 serviços do CRAS e CREAS no âmbito municipal. Thiago Medeiros, Presidente da Associação
 75 dos Conselheiros Tutelares do Sertão alerta que alguns juízes exorbitam quando cobram dos
 76 conselheiros tutelares que desempenhem funções, cuja atribuições extrapolam as competências
 77 dos referidos órgãos; e que o SIPIA não está funcionando em nenhum dos 56 (cinquenta e seis)
 78 municípios sertanejos. Em seguida, pergunta sobre os recursos de Conselho Estadual para
 79 financiamento de projetos, ou seja, sobre a previsão de edital. Encerrado o bloco de perguntas, a
 80 mesa passa aos esclarecimentos. O conselheiro Natuch Lira informa que o Fundo Estadual não
 81 dispõe de recursos suficientes para abertura de edital, acrescentando que os disponíveis,
 82 remanescente de anos anteriores, foram agregados ao financiamento do convênio com a Escola
 83 de Conselhos e que existem esforços do Conselho Estadual no sentido de ampliar os recursos do
 84 tesouro estadual. Com relação ao SIPIA e situação dos conselhos tutelares não existe um
 85 diagnóstico da situação do conjunto dos conselhos tutelares instalado no estado de Pernambuco.
 86 Nesse propósito, o Conselho firmou convenio com a Escola de Conselhos para desenvolver a
 87 pesquisa “Conhecer para Fortalecer”, cujo objetivo é construir o diagnóstico. Com relação ao
 88 SIPIA, destaca que houve alteração na coordenação e propõe que os municípios observem a
 89 Resolução nº 178/2016 – CONANDA. Findo os esclarecimentos, os participantes foram
 90 liberados para almoço, com o compromisso de retornar às 14h. Retornando aos trabalhos, os
 91 conselheiros tomam assento à mesa, o conselheiro Mallon Aragão assume a condução dos
 92 trabalhos e estimula os presentes a apresentarem proposições para a construção da agenda de
 93 compromissos. Do conjunto das discussões foram sistematizadas as seguintes recomendações:
 94 1. Encaminhar nota ao Ministério Público e ao Poder Judiciário esclarecendo as funções dos
 95 conselheiros tutelares; 2. Elaborar questionário e encaminhar aos Conselhos de Direitos e
 96 Conselhos Tutelares para construção do diagnóstico sobre criança e adolescente no estado de
 97 Pernambuco; 3. Promover formação sobre Marco Regulatório das Organização da Sociedade

98 Civil – MROSC nas dez microrregiões do estado. 4. Implantar a Câmara de Fortalecimento dos
99 Conselhos. Submetida ao regime de votação as recomendações foram aprovadas e passam a
100 integrar o conjunto das recomendações advindas da 135ª Assembleia Extraordinária
101 Descentralizada, realizada em 26 de setembro de 2017, na cidade de Arcoverde (PE). O
102 Presidente do CEDCA/PE destacou que compreende a necessidade de aproximação de Conselho
103 Estadual com os Conselhos Municipais, razão maior das Assembleias Descentralizadas, e
104 reafirma o compromisso em condensar esforços para que o diálogo se efetive. Por fim,
105 agradeceu a presença e participação de todos, dando por encerrada a Assembleia.

106

107

108

109

110

111

Eduardo Figueiredo
Presidente do CEDCA/PE